



REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Gabinete de Inserção Profissional a ser gerido pelos patrões da cortiça

Destinatário: Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) aprovou, em 2012, a candidatura da Associação Portuguesa da Cortiça (APCOR) para implementação e gestão de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) na freguesia de Santa Maria de Lamas, concelho de Santa Maria da Feira.

É para nós evidente que a implementação deste GIP sob a alçada das entidades patronais do setor da cortiça pode representar um conflito de interesses e potenciar situações que devem ser combatidas no mercado de trabalho, em concreto no setor da cortiça.

Permitir que as entidades patronais, depois de nos últimos anos ter despedido milhares de trabalhadores, possam ter controlo sobre os processos de divulgação de ofertas de empregos, de entrevista, de formação e contratação, é contraproducente. No limite, pode ser um instrumento para pressionar a baixa de salário no setor da cortiça, promover a subcontratação ou mesmo o trabalho não declarado.

Estas realidades estão bem presentes no setor da cortiça. Em reunião recente com o Sindicato dos Operários Corticeiros, o Bloco de Esquerda tomou conhecimento da existência de trabalho não declarado no setor, assim como da existência de anúncios de oferta de emprego onde se propõe um salário bastante abaixo do salário acordado para o setor.

A inserção profissional deve estar ao cargo das entidades públicas e/ou ao cargo das entidades representativas dos trabalhadores. Só assim conseguimos garantir que estes Gabinetes são colocados ao serviço dos trabalhadores e dos seus interesses e direitos.

Para o Bloco de Esquerda, é preciso promover e reforçar os mecanismos de inserção profissional, mas devem ser verdadeiros mecanismos de inserção profissional. Nos últimos anos temos assistido a medidas e políticas que, apesar de ter estes conceitos no seu nome, nada têm de inserção, nada têm de estabilidade, nada têm de promoção dos direitos do trabalho. Os GIP não podem ser isso.

Por isso consideramos da maior importância que estes gabinetes não estejam nas mãos das entidades patronais como acontece, por exemplo, com a APCOR.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, as seguintes questões:

1. Vai o Governo, através do IEFP, prorrogar o funcionamento do GIP sob alçada da APCOR?
2. Não considera que esta situação representa, de facto, um conflito de interesses e pode promover mecanismos de pressão sobre os trabalhadores para a perda dos seus direitos?
3. Não considera que estes Gabinetes devem estar sob a alçada e gestão diária de entidades públicas ou entidades representativas dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 02 de novembro de 2016.

Os deputados
Moisés Ferreira
José Soeiro
Isabel Pires